

## **ATA DA LCVII REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**LOCAL:** Sala de Reuniões do Conselho Estadual de Saúde / SES  
Rua Esteves Júnior, 160 – 8º andar

**DATA:** 30/04/04

**HORÁRIO:** 14:00 horas

### **PRESENTES**

#### **Secretaria de Estado da Saúde:**

Carmen Emília Bonfá Zanotto, Maria Teresa Locks, Flávio Magajewski, Rosina Moritz Silveira, Arion Bet Godoi, Sônia Machado de Souza, Hanna Karine S.J.Barcelos, Luis Antônio Silva, José Miguel do Nascimento Júnior, Roberto Eduardo Hess de Souza, Isabel Cristina Funk.

#### **Conselho de Secretários Municipais de Saúde:**

Salvio Osmar Tonini (Nova Trento), Antônio Carlos Koeche (Lages), Renato Afonso da Rocha (Bombinhas), Julita Schramm (Gaspar), Orasil Coelho Pina (Criciúma), Wanderley L Hilgert (Palmitos), Daníria Souza da Rocha (Lauro Muller), Ivanice Angela Peccin (Herval D'Oeste), Acary Juruá Stoeterau (Mafra), Celeste Oetke Schaefer (Rio do Sul), Flávio Filappi (Xanxerê).

### **DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS**

A LCVII Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite teve início às 14h 30 min, sob a coordenação de Carmen Zanotto, com a presença dos membros acima descritos. O Secretário Salvio Osmar Tonini Coordenador da CIB/COSEMS deu boas vindas ao Secretário de Estado da Saúde, Deputado Luiz Eduardo Cherem desejando-lhe sucesso no cargo assumido, dizendo aos Secretários municipais e aos técnicos da SES que estarão de mãos dadas para o sucesso do SUS.

O Secretário Luiz Eduardo Cherem agradeceu o voto de confiança expressado pelo Secretário Salvio, dizendo que é fundamental a parceria para o sucesso de todos.

Foi feita a apresentação dos Secretários e dos técnicos da SES presentes na reunião.

A Secretária-Adjunta Carmen Zanotto agradeceu a presença do Secretário Luiz Eduardo, justificando que o mesmo se ausentaria da reunião por motivos de compromissos assumidos anteriormente.

### **DOCUMENTOS RECEBIDOS**

Justificativa de ausência do Secretário Luiz Carlos Pereira;

Ofício 025/04, do Gabinete do Senador Leonel Pavan solicitando o credenciamento da Fundação Pró-Rim em Balneário Camboriú;

Ofício 039/04, do Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Conceição de Angelina, solicitando alteração na PPI de Major Gercino e Rancho Queimado, assim como análise e posterior alteração na programação físico orçamentária do hospital;

Ofício 001/2004, do Laboratório São Lucas de Vargem Bonita, apresentando denúncia do posto de coleta do Laboratório Pasteur, bem como solicitando realocação do teto financeiro do Laboratório São Lucas.

### **1. APROVAÇÃO DA ATA**

2. As Atas das Sessões Ordinárias de 18/12/03 e 27/02/04, bem como a Ata da sessão Extraordinária de 10/03/04, serão aprovadas na próxima reunião.

### **3. TEMAS PARA DELIBERAÇÃO**

#### **a) ALTERAÇÕES PPI**

“O COSEMS emitiu parecer a respeito das alterações da PPI, manifestando que há consenso em aprovar. No entanto propõe a formação de um grupo técnico (Vice-Presidentes Macrorregionais, membros de municípios e membros da SES) em cada macrorregião, a fim de disseminar e democratizar as informações aos municípios e conferir mais agilidade na divulgação das decisões/deliberações da CIB; e que se realize estudo técnico da utilização dos

recursos por grupos, a fim de viabilizar remanejamentos de recursos entre esses grupos, modificando os parâmetros do Estado. O COSEMS propôs ainda que o Estado deve informar a capacidade instalada, conforme Deliberação 005/04”.

O Gerente de Programação e Orçamentação da SES, Arion Godoi, apresentou o parecer técnico e tabela de alterações da PPI solicitada para o primeiro trimestre/2004 (anexa). Disse que, considerando a Deliberação 005/04, que aprovou a PPI, se faz necessária a pactuação entre os gestores envolvidos em qualquer tipo de alteração. Acrescentou que as alterações solicitadas, só serão aceitas com a viabilidade da capacidade instalada. Disse que quanto à disseminação e à democratização das informações aos municípios conforme solicita o COSEMS, a SES está realizando um Seminário de Operacionalização da PPI, com visitação em todas as regiões. Com relação à revisão da capacidade instalada, informou que a Central de Marcação de Consultas dispõe hoje de 32.000 consultas especializadas. Ressaltou que as alterações que forem solicitadas sem a pactuação dos gestores municipais, devem ser estudadas posteriormente para em um curto espaço de tempo serem deliberadas pela CIB. Acrescentou que a Câmara Técnica da PPI discutiu sobre a inclusão das referências da alta complexidade hospitalar na Deliberação 005/04, de 29/01/04.

O Assessor do COSEMS Hélio Livino disse que há necessidade de alguns ajustes sobre a questão, e sugeriu que após análise por parte da SES e COSEMS os Coordenadores possam aprovar posteriormente.

A SES acatou a proposta do COSEMS quanto à formação de um grupo técnico, bem como sobre a inclusão das referências da alta complexidade hospitalar para serem analisadas e aprovadas posteriormente pelos Coordenadores da CIB.

#### **b) FUNDAÇÃO PRÓ-RIM/JOINVILLE**

4. O Coordenador CIB/COSEMS disse que o COSEMS entende que a matéria não compete à CIB, e sugere que o Estado realize auditoria para apontar o valor que a Secretaria Municipal de Saúde de São Bento do Sul deve pagar para a Clínica.

5. A Diretora de Regulação e Auditoria do Sistema da SES, Maria Teresa Locks, esclareceu que o processo veio para a CIB a pedido do Ministério da Saúde. Disse que a sugestão da SES é fazer auditoria na questão do pagamento que não está na decisão judicial (conforme parecer técnico da DIRE, em anexo), e quanto ao que está determinado no processo judicial, não cabe à SES discutir.

6. O Coordenador CIB/COSEMS solicitou à SES que orientasse o município sobre a questão, e sugeriu a composição de uma Comissão Técnica para estudar a TRS no Estado de Santa Catarina.

7. A Diretora Maria Teresa disse que a Diretoria já fez o levantamento das APACs, e que a formação de uma Comissão de estudos é de grande valia para efetivamente proceder as auditorias, haja vista a nova política de TRS traçada pelo Ministério da Saúde.

8. O COSEMS encaminhará os nomes dos três membros para participar da Comissão de Estudos da TRS.

#### **c) CREDENCIAMENTO ALTA COMPLEXIDADE**

9. O Coordenador CIB/COSEMS disse que, em se tratando de recursos novos, o COSEMS aprova. Caso contrário, entende que deve ficar a critério de cada município aceitar o credenciamento com o remanejamento dos recursos de que dispõe.

10. Aprovado por consenso.

#### **d) SISTEMA PENITENCIÁRIO**

11. O COSEMS propôs a não aprovação do Plano nesta sessão, devendo voltar a discutir com os municípios que têm presídio, principalmente aqueles com menos de 100 apenados, para acertar questão de recursos humanos, e recursos para Média Complexidade Ambulatorial e Hospitalar. Apresentou proposta de antecipar a sessão de maio para a aprovação do Plano Estadual.

12. A SES concordou com o parecer do COSEMS, ficando a aprovação do Plano para a próxima sessão.

#### **e) REDISTRIBUIÇÃO EQUIPAMENTOS GESTAÇÃO ALTO RISCO/CONVÊNIO**

13. Aprovado por consenso, conforme planilha em anexo.

## **INFORMES**

### **a) RELATÓRIO AUDITORIAS**

14. A Diretora Maria Teresa mencionou o Relatório, dizendo que o mesmo era auto-explicativo.

### **b) TRS – BALNEÁRIO CAMBORIÚ**

15. A Diretora Maria Teresa explicou que a solicitação de credenciamento da Clínica Pró-Rim de Balneário Camboriú já foi discutida na CIB, tendo sido negado o credenciamento por já existir outra na região. Disse que a Clínica através de três pacientes entrou com um mandado de segurança, ganhando uma liminar, e que a SES entrou com recurso, tendo ganho da mesma. Mencionou que posteriormente entraram com agravo de instrumento tendo ganho de causa, sendo publicado no Diário Oficial da Justiça no dia 04/03, com determinação para o Estado credenciar o serviço. Esclareceu que a SES encaminhou toda a documentação para a Procuradoria Geral do Estado para fazer a defesa, e que no dia 08/03, foi dada a entrada com o recurso no Supremo Tribunal Federal em Brasília. Ressaltou que enquanto o agravo de instrumento não for derrubado, a SES tem que providenciar o credenciamento. Acrescentou que o advogado da parte interessada entrou com uma intimação contra o Secretário de Estado da Saúde pedindo uma multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), enquanto não for credenciado o serviço. Mencionou que a SES forneceu uma declaração ao Juiz, dizendo que há um trâmite burocrático a ser seguido para o credenciamento. Complementou dizendo que a SES está encaminhando o processo para o Ministério da Saúde por se tratar de alta complexidade, e que há necessidade de discutir na CIB a questão do recurso para o credenciamento da Clínica.

16. A Secretária-Adjunta mencionou que já existe um serviço de TRS a 7 Km da Clínica de Balneário Camboriú que atende toda a demanda. Disse que é preciso ficar claro que não é a SES através de seus técnicos e nem os municípios através de seus gestores, que são contra a instalação dos serviços, é que neste caso específico não tem demanda para um novo credenciamento de TRS, bem como não há teto para tal. Completou dizendo que a nova Portaria Ministerial auxiliará na defesa do Estado porque delimita a questão populacional.

17. O Gerente Arion lembrou que estão pactuadas na PPI três Clínicas de TRS para cada macrorregião, e que a referida região já está contemplada.

### **ASSUNTOS GERAIS**

18. O COSEMS solicitou alguns informes das seguintes questões: Relatório de Gestão, SAMU, Cardiologia de Xanxerê, quanto à demora do parecer da Consultoria Jurídica da SES a respeito do CACON e a PPI da Vigilância Sanitária.

19. O Diretor Flávio Magajewski, respondendo a questão do aumento de prazo para a entrega do Relatório de Gestão, disse que o Ministério da Saúde estipulou prazo, porém seria possível flexibilizar a entrega para o dia 10/05/04.

20. A Secretária-Adjunta informou sobre o Projeto SAMU, dizendo que o Ministério recebeu o primeiro lote de ambulância, priorizando a distribuição aos Estados cujos projetos já foram implantados, e que no projeto de Santa Catarina está apenas faltando a pactuação de uma macrorregião. Solicitou à Diretoria de Planejamento que fizesse um documento apontando onde ficarão as regulações, os suportes básicos e os avançados, a especificação do recurso financeiro, a importância e o porquê do Comitê, o papel do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar e de todos os órgãos prestadores de serviços, a fim de esclarecer aos municípios suas dúvidas a respeito do SAMU. Disse que a SES está estudando a melhor forma de instalar as Centrais de Regulação e guarda das viaturas, tentando aproveitar estruturas já existentes, a fim de otimizar o recurso disponível que é muito pequeno. Informou que a SES está discutindo com a Secretaria da Administração a questão da contratação dos profissionais, e que há um grande empenho para que o mais breve possível o Ministério libere o recurso para a efetiva instalação do SAMU em Santa Catarina. Quanto à Cardiologia de Xanxerê informou que o Ministério da Saúde aprovou uma política nacional de alta complexidade para a cardiologia. Disse que questionou na reunião da Tripartite a respeito dos recursos para serviços novos, e que o Ministério discutirá essa questão. Solicitou à Diretora Maria Teresa que distribuisse aos Secretários a minuta da Portaria sobre a Cardiologia, e que tão logo fosse publicada, a SES comunicaria.

21. O Consultor Jurídico da SES, Rodrigo de Linhares, respondendo a solicitação de agilidade acerca do parecer de extensão do CACON do hospital Santa Isabel ao Hospital Santo Antônio

(Cirurgia Oncológica), disse que teve que ser elaborada uma minuta para uso das entidades privadas e públicas, por isso da demora.

22. A respeito da revisão do número de profissionais na questão da PPI da Vigilância Sanitária, o Diretor Flávio disse que há possibilidade de fazer uma discussão técnica do caso.

23. O Diretor de Vigilância Epidemiológica, Luis Antônio Silva, disse que a idéia é simultaneamente capacitar os municípios na questão das ações de vigilância da atenção básica, e, quanto à média e alta complexidade, está configurada no perfil da complexidade que o município pode assumir naquele momento.

24. A Secretária-Adjunta propôs uma reunião extraordinária para o dia 14/05/04, para a deliberação de algumas questões pendentes, tendo sido consensado.

25. Nada mais havendo a tratar, eu, Lúcia Helena de Souza, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim e pelos Coordenadores.

**Florianópolis, 30 de abril de 2004.**